

O tempo não para: *presentismo* e diferentes temporalidades no processo do envelhecimento

Sandra Mara Dantas

Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Uberaba - Minas Gerais - Brasil
sandramdantas@hotmail.com

Valeska Oliveira Ferreira

Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Uberaba - Minas Gerais - Brasil
valeskaoliveiraf@gmail.com

Resumo: Todos os seres humanos são afetados pelo tempo, ou seja, da infância à velhice, os sujeitos constroem diferentes percepções e experiências que norteiam sua trajetória. A sociedade contemporânea parece evitar o tempo e suas decorrências que indicam a finitude humana. O presente texto procura refletir sobre as diferentes formas de experiência de tempo pelos idosos por meio dos conceitos de historicidade e temporalidade. Acrescente-se que tal discussão não se descola de uma historicização dos modos como a velhice foi sendo construída e percebida, especialmente, na sociedade brasileira. Na construção das concepções e vivências do envelhecimento é notável que desde o vocabulário às práticas, inúmeras são as formas como os sujeitos (re)significam esse processo que é inerente a todos e, simultaneamente, são afetados por um regime de historicidade específico.

Palavras-Chave: Sociedade contemporânea. Tempo e temporalidades. Envelhecimento.

Introdução

A dificuldade que põe o tempo é que nosso espírito é capaz de conceber o infinito e se vê rodeado pela finitude. É aí que reside o mistério do tempo – tudo que encontramos na realidade é limitado, mas nosso espírito não conhece limites.
Hans-Georg Gadamer (*apud* REIS, 2012, p. 27).

É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte.
Santo Agostinho (2010, p. 181).

Quando falamos sobre envelhecimento, inevitavelmente estamos lidando com a noção de tempo. Mais precisamente, com a passagem do tempo, processo natural a todos

os seres humanos. As ações humanas estão enredadas no tempo e, quase sempre, o temor da finitude parece afugentar a reflexão sobre o envelhecimento. Outro desafio que o debate sobre este tema nos coloca é que a velhice é um fenômeno complexo. Apesar de ser um processo inerente à natureza humana, pode ser investigado em sua dimensão social e também histórica, pois tem implicações próprias dependendo do espaço/tempo em que ocorre. Assim, não há envelhecimento, mas envelhecimentos.

Os velhos são fundamentais para a constituição da história das sociedades. Debert (2012, p. 40) lembra que as divisões de idade são criações sociais arbitrárias, e justamente “por essa razão, as categorias e os grupos de idade são elementos privilegiados para dar conta da plasticidade cultural e também das transformações históricas”. Assim, podemos perceber os idosos para muito além de fontes na utilização da metodologia da história oral, mas assentir que seus modos de perceber e de agir no tempo e no espaço são assaz significativos porque colaboram na edificação do mundo social, seja em suas lutas, suas resistências, suas acomodações, seu trabalho e suas relações. Desde a infância, no processo de socialização com seus netos ou outras crianças, eles transmitem sua experiência e contribuem para a formulação das primeiras impressões sobre o mundo (BOSI, 1994) e ao historiador que lida com a sociedade no tempo, pensar esse processo é compreender os sujeitos em seu fazer-se.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo refletir sobre diferentes formas de experiência do tempo pelos idosos na contemporaneidade por meio dos conceitos de historicidade e temporalidade, entendendo que tal discussão não se descola de uma análise sobre a sociedade atual e também que a discussão sobre o envelhecimento nos ajuda a aprofundar a reflexão sobre essa mesma sociedade.

O tempo e o envelhecimento

Há muitos séculos, em suas *Confissões*, Santo Agostinho (2010, p. 178) elucubrou: “o que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei”. Essa dificuldade de definir o tempo persiste ainda hoje porque parece encerrar um paradoxo que diz respeito ao ser e ao nada, ao devir e ao ocaso, à eternidade e à finitude. E na tentativa de definição encontramos diferentes respostas.

O tempo possui uma dimensão histórica e o historiador se esforça para compreender como as comunidades humanas constroem/construíram um discurso sobre

si, suas experiências e expectativas, como elaboraram seus regimes de historicidade (HARTOG, 2015). Deter-se sobre a dimensão histórica do tempo oportuniza ao historiador refletir sobre seu próprio ofício, à medida que procede à pesquisa, elabora reflexões, posto que é necessário organizar temporalmente seu objeto e analisá-lo, ressaltando sua dimensão diacrônica. E especialmente no século XX, a expansão do campo histórico permitiu a inclusão de temas, problemas, objetos e abordagens variadas, porque como ensinou o mestre Marc Bloch (2001, p. 79): “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”.

O tempo é apreendido individual e coletivamente, “é percebido como sequência de momentos que se excluem, uma sucessão de termos que aparecem e desaparecem, que introduz uma existência nova e nega uma existência dada” (REIS, 2012, p. 27). Nas sociedades ditas tradicionais, a vivência temporal, baseada nos mitos, não se realiza, porque há temor das mudanças e o passado é continuamente reatualizado pelos rituais para enfatizar a continuidade. Embora os gregos sejam considerados os pioneiros da história ciência, sua concepção de tempo estava fundamentada no movimento circular em que não há novidade, porém aponta a eternidade, imortalidade que constituía seu objetivo a fim de evitar o esquecimento.

Se pensarmos em termos de experiência empírica, podemos dizer que a concepção de temporalidade histórica como a entendemos hoje – de uma vivência linear entendida entre um passado e um futuro – se abre a partir do profetismo judaico, que inaugura uma relação entre escatologia de libertação futura, de um lado, e a vivência da memória e observância do cânone, de outro (MATA, 2010).

Como dito por Silveira (2016), Martin Heidegger, em sua obra *Ser e Tempo* (2012), considera que o passado é uma presença que faz parte da própria consciência do Ser e por isso elabora o conceito de historicidade, que seria um fenômeno constituinte do ser humano. Valdeci Araújo, ainda de acordo com Silveira (2016), entende o conceito de historicidade como muito próximo do que seria o tempo histórico. Esse tempo histórico é o que dá referências à unidade chamada temporalidade, fenômeno que Heidegger divide entre compreensão, disposição, decaída e linguagem. A historicidade é dividida entre dois tipos, a própria e a imprópria. Na imprópria o Ser apenas se imagina no tempo, enquanto que:

A historicidade própria é o módulo que temporaliza a temporalidade, isso significa que a historicidade dá medida e referência à temporalidade a partir da vivência humana. Assim, a historicidade própria é a temporalização da fluidez das experiências passadas e das expectativas do futuro efetivadas no

acontecer ou fenômeno histórico, constituindo a percepção temporal humana da temporalidade. Pois, para Heidegger, a temporalidade em si não é o tempo físico, mas o processo interno da presença no mundo, o sentido de estar no tempo (SILVEIRA, 2016, p. 188).

Koselleck (2006), que se embasa em Heidegger em sua concepção de temporalidade – que seria um entrelaçamento entre passado e futuro na vivência humana –, elabora o par de categorias de experiência e expectativa como algo genérico, universal e inerente à existência humana. Assim, as experiências temporais das sociedades, que são múltiplas, podem ser investigadas a partir de duas categorias: “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. A experiência pode ser pensada no sentido espacial, porque ela representa um todo, em que se acessam alguns fragmentos de tempos anteriores. Estes fragmentos existem de forma simultânea, não se organizam cronologicamente (embora possam ser datados, através de um exercício racional), e por isso eles não se constituem, enquanto vivência do passado que está no momento presente, em uma continuação linear do passado. E a expectativa é ligada à noção de horizonte porque através dele se abre aquilo que será um espaço de experiência, mas que ainda não pode ser enxergado, e se configura a partir dos espaços de experiências, mas não é totalmente determinada por eles. A história, em seu movimento, é constituída a partir de diferentes experiências e expectativas que se relacionam o tempo todo, e nessa relação de tensão entre as duas operam-se as mudanças históricas.

Na modernidade, que conteria em si uma nova experiência do tempo, a sociedade industrial, a consolidação dos nacionalismos e uma constante secularização teriam provocado uma aceleração na vivência do tempo (que é diferente de uma aceleração da história) que produz uma ruptura na experiência do tempo em que, na perspectiva de Koselleck (2006), o espaço de experiência e o horizonte de expectativa teriam se distanciados. Tal distanciamento tem como corolário, segundo o historiador François Hartog (2015), a ascensão cada vez mais acentuada de uma vivência temporal pautada no presente.

Para realizar tal análise, porém, Hartog apresenta sua ideia de “regimes de historicidade” como um instrumento de análise heurística a ser utilizado pelo historiador, que estuda a relação entre passado, presente e futuro ao longo da história. Em um regime de historicidade, um tempo (passado, presente ou futuro) tem predominância sobre os outros. No regime antigo, o olhar estava mais voltado ao passado, enquanto no moderno,

o futuro era o que guiava as ações. No que se refere à “história contemporânea”¹, Hartog apresenta uma hipótese daquilo que seria um regime de historicidade *presentista*.

Na concepção de Hartog, no século XX já começam a aparecer algumas manifestações do que seria um regime de historicidade *presentista*. A década de 1960 seria uma brecha histórica, um período de crise em que a ruptura com o regime de historicidade moderno, voltado ao futuro, começaria a se intensificar, coexistindo com o *presentismo* que se instauraria de vez após 1989.

O século XX foi o que mais invocou o futuro, o que mais construiu e massacrou em seu nome e, no final, foi também o que deu maior extensão ao presente: um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte que ele mesmo, fabricando o passado e o futuro de quem tem necessidade (REIS, 2012, p.56).

Ainda que apresentada como uma hipótese, podemos questionar, no entanto, o quanto um regime de historicidade abarca as múltiplas experiências temporais de grupos “subalternos” (NICOLAZZI, 2010) e ainda, a influência do contexto específico de escrita do autor em suas perspectivas, além das dificuldades de transportar a noção de *presentismo* para outros contextos como a realidade brasileira, por exemplo (PEREIRA, 2012; MATA, 2010). Ainda que Hartog expresse que não tem pretensões de apontar o que seria um “instrumento” universal de análise da experiência do tempo, suas próprias sentenças às vezes se tornam confusas e um tanto contraditórias nesse aspecto (PIMENTA, 2015).

No entanto, como apontado por Nicolazzi (2010), a hipótese de Hartog mostra sua contribuição em um contexto em que nos parece urgente pensar o tempo e a história do tempo presente. Portanto, tendo em vista que o espaço e o tempo são categorias que fundamentam a produção de subjetividade dos humanos, podemos entender a vida dos mais velhos a partir dessas duas dimensões, em diálogo com a hipótese de Hartog de que estaríamos vivendo sob um regime de historicidade *presentista*.

A velhice na modernidade e contemporaneidade

Nas sociedades ditas tradicionais, o idoso não tinha necessariamente um lugar privilegiado pois dependia de suas realizações em vida para ter prestígio no grupo ou

¹ Este conceito é amplamente questionado por Koselleck, para quem a história é sempre contemporânea. Também é relativa em termos cronológicos, podendo se referir, dependendo do local, ao período posterior à Revolução Francesa como também após 1918, como demonstrado em PEREIRA e MATA (2012).

não. Mas sua velhice ainda estava intimamente ligada ao seu passado – ou experiência – que refletiria seu presente idoso. A expectativa não era muito diferente ou descolada da experiência que tivera até então. Nas sociedades modernas, por outro lado, com o distanciamento da experiência e expectativa, a identidade se pauta menos na experiência e a expectativa ganha outros contornos. Por isso também o envelhecimento na modernidade se torna um período um tanto mais delicado – a expectativa do idoso envolve, necessariamente, a consciência da transformação social iminente e da finitude não só de si, mas de muitas configurações sociais que lhe eram familiares.

Em trabalho clássico, P. Ariès (1981, p. 4) afirma que desde a antiguidade, nas diferentes sociedades, os modos de definir as “idades da vida” ou “idades do homem” estiveram presentes e que “passaram do domínio da ciência ao da experiência comum”. Do nascimento à morte, as sociedades criaram categorias que pudessem definir e explicar as mudanças e experiências dos sujeitos sociais. De acordo com Guita Debert (2012), nas sociedades ocidentais podemos identificar três etapas na percepção da vida humana. No período denominado pré-modernidade (séculos XIII ao XVIII), o status familiar era a baliza definidora do grau de maturidade dos indivíduos. Valorizava-se a tradição e as novas gerações eram responsáveis por renovarem os modos de vida. Nas sociedades modernas (século XIX e primeira metade do XX), ocorreu a cronologização da vida que passa a ser vista como institucionalizada, distinguindo-se a criança e o adulto. Este é ser independente que deve resolver os desafios de cada fase que se defronta. Por último, sob o impacto dos *mass media* (conjunto dos meios de comunicação de massa), alguns autores afirmam que vivemos a chamada pós-modernidade, na qual se dissolveu os padrões etários e as fronteiras.

“Cada tipo de organização socioeconômica e cultural é responsável pelo papel e pela imagem de seus ‘velhos’. Cada sociedade segrega um modelo de homem ideal, e é desse modelo que depende a imagem da velhice, sua valorização ou seu menosprezo” (HECKER, 2014, p. 12). Com essa afirmação, o historiador Alexandre Hecker elabora “Uma história da longevidade no Brasil” em que discorre como, desde o período colonial à contemporaneidade, a velhice foi construída e apropriada na sociedade brasileira bem como suas decorrências. O autor apresenta que no período colonial (1530 – 1822), o envelhecimento era encarado como última fase da vida, estando associada à morte. Essa percepção se inverte no Império (1822 – 1889), em que representava a maturidade necessária na construção da nação. “A um Estado que se organizava, lutava pela manutenção de sua unidade territorial, deveria corresponder a figura de um regente

maduro, austero” (HECKER, 2014, p.25). E tanto para homens quanto mulheres nos diferentes estratos sociais, havia a representação de maturidade a fim de enfatizar sua autoridade e assegurar respeitabilidade.

As alterações econômicas e políticas da segunda metade do século XIX como a inserção no que ficou conhecido como *Belle Époque*, contribuíram para que os jovens fossem destacados em oposição aos velhos. Um conjunto de fatores foi positivado: a modernização das cidades com implantação de sistema de transportes, melhoria na infraestrutura, novas construções de acordo com padrões estéticos e arquitetônicos tidos como modernos, o capital auferido pela comercialização do café sendo investido na produção industrial bem como na adoção de novos costumes sociais e culturais, o incentivo à educação e às ciências na esperança de inserir o país dentre os considerados mais avançados. Juntos, esses fatores passaram a representar a modernidade ao passo que os costumes e hábitos tradicionais representariam o antiquado a ser superado.

E de tempos austeros e aparência grave, valorizou-se o aspecto mais leve e dinâmico como pode ser percebido nas imagens da galeria dos presidentes republicanos apresentados em livros e imagens de divulgação. Da barba e bigode de Deodoro da Fonseca à figura glabra de Getúlio Vargas ocorreu a “transferência simbólica dos valores positivos para o rosto jovem [como modo] de identificação com a massa da população” (HECKER, 2014, p.59) e, simultaneamente, à velhice atribuiu-se novas conotações.

No Brasil, os primeiros asilos datam de 1854 para cuidar do que se denominou *velhice desamparada*, isto é, receber pessoas que necessitavam de tratamento médico e assistência social, saindo do cuidado familiar e sujeito à beneficência de outrem. No início do século XX, a geriatria e gerontologia foram reconhecidas como saberes médicos específicos da pessoa envelhecida e provocaram alterações no entendimento do processo de envelhecimento e seu atendimento. Para além do reconhecimento das alterações nas funções biológicas dos corpos e mentes que exigiam cuidados médicos, a pessoa velha precisava ser assistida, papel que foi desempenhado pelas associações mutualistas, caixas de aposentadorias e pensões até a Consolidação das Leis do Trabalho (1943).

A partir de 1950 pode-se identificar uma acentuada desvalorização dos velhos. A juventude se tornou um valor cultivado e oposição ao que representava o *status quo*. Como demonstra Ecléa Bosi (2004, p. 77), “a sociedade industrial rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor”.

Desde a segunda metade do século XIX aos anos 1960, no mundo ocidental, a velhice foi tomada como decadência, fase em que os papéis sociais cumpridos até então são esvaziados. Parecia não se dissociar velhice da doença e da morte. Aos velhos restaria o recolhimento e a resignação, visto não mais pertencer ao mundo do trabalho, pois este perdeu sua função produtiva, e seu corpo estar marcado por debilidades decorrentes da idade.

O vocábulo velho atualmente tem sentido pejorativo, algo a ser desconsiderado, relativo à dependência e passividade. Novos léxicos são formulados a partir dos anos 1960 para designar essa fase da vida: idoso e terceira idade (DEBERT, 2012). Ambos são dotados de positividade e indicam a velhice como momento privilegiado em que o indivíduo pode desfrutar de liberdade para o lazer, praticar atividades lúdicas, realizar anseios até então preteridos, ser independente e alcançar plena satisfação pessoal. A terceira idade representaria, então, a “melhor idade”.

Não obstante, é pertinente uma ressalva no tocante ao uso desses vocábulos: “o termo velhice carrega uma série de conotativos pejorativos que marcam o estigma da experiência do envelhecimento, enquanto a terceira idade designa uma parcela da população idosa inserida nas práticas ética, estética e política de uma sociedade consumista” (ROZENDO & JUSTO, 2011, p.144). Segundo os autores, os termos passaram a ser utilizados para diferenciar o processo de envelhecimento dos setores médios urbanos e dos estratos sociais mais pobres. Enquanto o termo velho/velhice é associado à decadência física e produtiva e/ou indivíduos de menor status social, terceira idade se referiria ao sujeito social que tem condições de uma vida ativa marcada por realizações e com poder aquisitivo para adquirir os produtos ofertados para sua faixa etária.

No sistema capitalista cuja lógica é a da produção, o declínio biológico do homem fá-lo descartável e a imperiosa demanda por maior produtividade e novidades se coaduna com a ideia de juventude. Se antes a experiência acumulada pelo artesão forjava o mestre, doravante a velocidade das transformações e a posição no sistema produtivo são o que importam. A experiência acumulada por gerações e que poderia ser ensinada, é desconsiderada. E nessa sociedade, ao envelhecer, o homem é retirado do mundo produtivo como uma tentativa de subjugá-lo a um papel passivo. Por isso, “a noção que temos da velhice decorre mais da luta de classes que do conflito de gerações” (BOSI, 2004, p.81).

A autora é categórica ao afirmar que a sociedade capitalista é inclemente com os velhos, “esta sociedade pragmática não desvaloriza somente o operário, mas todo trabalhador” (BOSI, 2004, p.80), sendo necessário sedimentar uma cultura em que, na velhice, haja reconhecimento da dignidade humana como sujeito histórico com inúmeras nuances, homem/mulher, trabalhador/ trabalhadora, mãe/pai, cidadão.

A inserção dos sujeitos no mundo social implica o modo como se apropria do tempo e, por conseguinte, das formas de pensar, criar e viver. Ao sujeito que ao longo de sua existência esteve privado dos recursos básicos, o envelhecimento será um tanto penoso. O corpo debilitado pelas intempéries físicas e sociais; o diminuto valor da aposentadoria; as limitações de acesso à saúde, à educação, ao trabalho e ao lazer impactarão em sua expectativa de vida e nas condições reais de sobrevivência. De outra sorte, aquele que durante sua vida gozou de condições razoáveis de trabalho e subsistência ou mesmo das condições ideais, provavelmente terá uma velhice mais longa e saudável. E no último caso, desfrutar dos bens disponíveis para consumo da “terceira idade”.

Assim, velho e idoso são retratados de modo diverso. O primeiro é tomado como algo turvo com sinais de desgaste do tempo; em contrapartida, o segundo é ativo, coadunando com signos da juventude, dispostos à revitalização. A alteração da nomenclatura pode ser compreendida como estratégia da sociedade capitalista que detecta um nicho de mercado ao perceber os corpos envelhecidos como potenciais consumidores de produtos específicos, além de gerar menos gastos ao governo. “Terceira idade”, “aposentadoria ativa”, entre outras expressões, denotam novos sentidos do envelhecimento, que demonstram uma crescente valorização da juventude e da capacidade de produtividade do ser humano.

Conquanto envelhecer seja inevitável a todos os seres humanos, os sujeitos não envelhecem da mesma forma. No entanto, correntemente é apresentado um ideal de envelhecimento:

Envelhecer com qualidade de vida é conviver com grupos; ter boa alimentação, boa moradia, tratamento médico e disposição de ser atuante; programar-se para fazer exercícios físicos, ler e participar de tudo que teve vontade de fazer e foi adiado; amar a si e aos outros (pois o amor rejuvenesce); não ter medo de ser criticado; compreender e internalizar o processo de perda (morte) (MARQUES, 2004, p.67).

Por essa perspectiva, o alcance do ideal é responsabilidade do indivíduo que, aparentemente, se observado poderá evitar os problemas decorrentes do processo. Tal afirmação se mostra equivocada tendo em vista que não considera a diversidade dos

sujeitos sociais, suas condições de existência e os modos como na trajetória histórica, as sociedades perceberam o processo. Indica também a recusa do Estado a lidar de forma mais direta com essa população, de modo a criar formas e meios eficientes de dar dignidade a suas vidas e lidar com suas demandas, terceirizando esse trabalho aos próprios idosos. “O Estado é a forma mais diferenciada e desenvolvida de ordenamento político-jurídico que, em nossa sociedade, tende a absorver cada vez mais funções anteriormente próprias da família” (DEBERT, 2012, p. 49). Nesse caso, a velhice ficaria ainda mais desamparada, pois o Estado ainda não fornece aparatos efetivos de assistência completa aos idosos.

A desvalorização do que é considerado antigo e uma crescente individualização da vida são características não apenas da sociedade industrial, mas que se inserem em um processo amplo que diz respeito a como a sociedade moderna e contemporânea vivencia o próprio tempo. Percebemos, então, que as transformações históricas não aconteceram apenas no sentido cultural, familiar ou de trabalho, mas também por um novo sentido de historicidade.

Vive-se em uma sociedade em que a mídia valoriza tudo aquilo que é atual, jovem, e o marketing muitas vezes nos leva a valorizar aquilo que está “em alta”, em voga. Se o atual é melhor que o antigo, o velho, que representa um fragmento do passado, é visto como inferior. A romantização do progresso e da atualidade implica necessariamente uma desvalorização do passado, do qual o idoso emerge. O velho é uma representação da continuidade em um mundo cada vez mais descontínuo (ainda que possamos discutir se tais descontinuidades trazem mudanças reais). Por isso ele pode narrar o que viu e viveu (BOSI, 2004).

No entanto, o lugar de narrador do idoso também parece estar se perdendo paulatinamente. Alguns autores defendem a ideia de uma descronologização da velhice nos tempos contemporâneos. As novas experiências familiares, a mídia que fornece informações amplas aos mais jovens, confundem comportamentos tradicionalmente associados a certas faixas etárias. Ao debater sobre o envelhecimento contemporâneo, o filósofo Luiz Felipe Pondé (2019, s/p.), diz que:

Aparentemente as pessoas declararam que o projeto de vida delas é chegar aos 60 com cabeça de 20. [...] O problema [...] é que essa atitude passa uma espécie de mensagem para quem tem 20 anos, ou alguma coisa assim, a ideia de que ele ou ela não tem futuro, porque se quando você tá com 50 seu sonho é ter 20, é porque quem tem 20 não tem futuro, porque quando chegar aos 50 vai querer voltar a ter 20. E aí tem implícita uma enorme desvalorização da própria ideia de amadurecimento, é como se não existisse amadurecimento, porque só existe apodrecimento. [...] Porque ser mais velho vai

paulatinamente, aparentemente perdendo o valor, vai perdendo o lugar daquilo que a filosofia contemporânea chamaria de narrador da vida.

Se tomarmos a hipótese do regime de historicidade *presentista* como uma realidade – se não total, ao menos bastante significativa – que subjaz e referencia as diferentes temporalidades contemporâneas do envelhecimento, podemos perceber essa plasticidade com a qual as temporalidades se formam. Vive-se uma espécie de presente eterno que atua “fabricando o passado e o futuro de que tem necessidade” (REIS, 2012, p.56) visto que, para muitos, o passado não é diretriz para o presente e o futuro é imprevisível. Portanto, a ação do tempo que ocasiona o envelhecimento poderia ser protelada para evitar dissabores e desfrutar das benesses do presente.

Especificidade da vivência do tempo do idoso

O regime de historicidade *presentista* daria referências, então, para a vivência de uma temporalidade que é específica do ser idoso. Tem-se muitas memórias e um acúmulo de conhecimento na velhice, um espaço de experiência alargado e uma curta expectativa de futuro, o que influencia em sua subjetividade e forma de viver. Ter de lidar com o tempo atual, caótico, é sempre um desafio a todos. Mas, para os idosos, pode representar uma dificuldade maior de atualização de identidade.

Ao pensar sobre as operações da vida cotidiana que estabelecem uma relação com o tempo, o historiador Rüsen (2001) se utiliza do conceito de consciência histórica, que se realiza através da dinâmica entre as duas temporalidades de experiência e intenção no tempo. A consciência histórica dá sentido à experiência no tempo, e ajuda os seres humanos a se orientarem, significando o mundo e a si mesmos, e se estabelece a partir da necessidade de manter sua identidade atualizada no tempo.

A experiência do tempo é sempre uma experiência da perda iminente da identidade do homem (também aqui a experiência mais radical é a da morte). A capacidade dos homens de agir depende da aptidão em fazer valer a si próprios, a sua subjetividade, portanto, na relação com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, como permanência na evolução do tempo, à qual precisam reagir com suas ações e que, simultaneamente, produzem por essas mesmas ações (RÜSEN, 2001, p. 66).

Na velhice, com as mudanças operadas pelo tempo, a realidade já pede outras formas de constituição de subjetividade. Proporcional à aceleração da quantidade de mudanças sociais vivenciada pelo idoso, será seu esforço de atualização da própria identidade.

Assim, na velhice, mais do que em qualquer outra faixa etária, tem-se um convívio maior com outros tempos, outras gerações. Muitos daqueles que a pessoa envelhecida convivia ou que eram uma referência já não existem. Aqueles que estão em posições de comando geralmente são mais jovens. É claro que isto depende de cada sociedade, e estas afirmações podem ser colocadas sob perspectiva histórica, mas em regra geral, quanto mais anos de vida uma pessoa tem, mais ela se afasta daquele universo que a constituiu em sua identidade. As lembranças que serão usadas em sua orientação temporal vão se tornando cada vez menos uma referência que pode ajudar a dar sentido ao presente, pois mais mudanças foram operadas no tempo e vividas por aquele sujeito, em comparação a outros sujeitos mais jovens.

Se na contemporaneidade se tem um distanciamento do passado, então o idoso representaria uma personificação de um passado que coexiste com a sociedade produtiva, mas ao mesmo tempo é distante dela. Essa sobreposição de tempos pode ser enxergada quando conversamos com idosos e não raro ouvimos: “Na minha época...” ou “Você é muito jovem, nem deve conhecer...” ou “Agora as coisas são de outra forma...”. Ou seja, também *sofremos* o tempo. Uma construção que nos é cara que foi destruída, um objeto que deixou de ser fabricado, todo um comportamento social que não mais entendemos. Essas mudanças que ocorrem, a necessidade de dar sentido a elas, e a falta de amparo em realidades concretas que os ajudem a manter sua identidade podem gerar nos longevos um sentimento de angústia e deslocamento do próprio tempo. Como bem explicitado por Bosi (2004, p. 75):

Integrados em nossa geração, vivendo experiências que enriquecem a idade madura, dia virá em que as pessoas que pensam como nós irão se ausentando, até que poucas, bem poucas, ficarão para testemunhar nosso estilo de vida e pensamento. Os jovens nos olharão com estranheza, curiosidade; nossos valores mais caros lhe parecerão dissonantes e eles encontrarão em nós aquele olhar desgarrado com que, às vezes, os velhos olham sem ver, buscando amparo em coisas distantes e ausentes.

Esse amparo poderia vir do convívio com outros idosos. Mas a contemporaneidade também torna esse convívio singular. Se na modernidade a geração compartilhada era motivo de união e identificação entre os idosos, com a cronologização da vida e a institucionalização dos papéis sociais das diferentes faixas etárias determinadas, na contemporaneidade tais divisões tendem a dissolver-se.

A vivência do tempo na contemporaneidade pode adquirir um caráter plástico e variado. Tais temporalidades múltiplas são influenciadas, dentre tantos aspectos, pelos locais que os idosos frequentam. Como já delineado, não é possível generalizar esse

fenômeno, que envolve questões sobre etnicidade, classes sociais, gênero, relações familiares, cultura, etc. Entre o que consideramos “idosos” há variações também – um idoso de 60 anos tem questões diferentes do que um de 90. E ainda, individualmente cada sujeito tem sua própria experiência e expectativa singular (DEBERT, 2012).

Analisaremos, portanto, diferentes temporalidades que o envelhecimento pode manifestar, uma “predominante” em alguns grupos de idosos, mas entendendo que estes não se reduzem a apenas uma consciência histórica, e esta, por sua vez, não se reduz a apenas um indivíduo. Guita Debert (2012), em seu livro “A reinvenção da velhice”, pesquisa algumas das novas representações do envelhecimento em locais como Instituições de Longa Permanência, Programas para a Terceira Idade e Associações de aposentados. Ao refletirmos sobre as temporalidades vivenciadas pelos idosos a partir desses grupos, é possível demonstrar como alguns idosos vivenciam temporalmente esse período da vida, partindo da premissa de que é através da linguagem que podemos perceber essas diferentes temporalidades, pois “na análise de um fenômeno histórico, se deveria considerar a unidade constituída pela relação das expectativas, das experiências, da consciência e da linguagem, onde a linguagem é a fonte que presentifica o passado” (SILVEIRA, 2016, p. 190).

Nos Programas de Terceira Idade, de forma geral, o discurso que fundamenta a existência desses programas se baseia na crítica ao Estado, aos valores sociais que não valorizam o passado, à sociedade voltada ao trabalho, etc. Há uma valorização da memória e um entusiasmo maior por parte dos idosos em participar. É importante levar em conta a questão econômica nesse caso. Muitos idosos têm curso superior e ganham mais do que um salário mínimo, não vivendo em situação precária. Parecem focar mais em dar novas possibilidades aos idosos, revendo estereótipos e preconceitos que consideram existentes em nossa sociedade em relação à velhice. Assim, “concebem o idoso ‘como um todo integrado, necessitando de um atendimento médico especializado e que, ao mesmo tempo, busca reencontrar seu lugar na sociedade, recuperando, assim, a sua autoestima” (DEBERT, 2012, p. 147). Assim, o horizonte de expectativas que a instituição deseja produzir se mostra algo mais aberto e otimista para os participantes, que consideram que os programas são “uma oportunidade para se prepararem para o que consideram a próxima etapa da vida” (DEBERT, 2012, p. 154).

Nas Associações de Aposentados, por outro lado, as ações muitas vezes se pautam em uma experiência de haver provido a família ou ter tido uma participação ativa nesse

sentido, e a expectativa visa beneficiar não só a própria família e a categoria dos aposentados, mas também deixar um legado de conquista social:

A experiência coletiva vivida pelos militantes nas associações é, sobretudo, a de aposentado e de ex-trabalhador, não a de idoso. O aposentado se representa como alguém que trabalhou a vida toda e, no momento do direito à aposentadoria, tem dificuldade de manter a família e os dependentes. Apresenta-se, portanto, como um provedor do lar e não como alguém preocupado exclusivamente com a sua sobrevivência ou satisfação individual (DEBERT, 2012, p. 175).

Nessas Associações, a valorização de um envelhecimento com propósitos mais “úteis” e interesses pragmáticos voltados à sociedade muitas vezes esbarra em um menosprezo a uma velhice focada apenas ao lazer, a uma aposentadoria sem atividades, e até à participação em Programas da Terceira Idade. A expectativa aqui não é a de uma nova fase da vida a ser descoberta de forma livre, mas uma etapa mais dura, com mais perdas, mais responsabilidades e vivências de injustiças. Uma perspectiva lúcida, para esses idosos, seria reconhecer que esse momento traz uma significativa perda de sentido da vida.

Não se comportar como um velho não é celebrar a liberdade e autonomia que o envelhecimento traz, mas reconhecer que a liberdade que a aposentadoria proporcionaria é pura ilusão [...] é ainda ser capaz de reconhecer que a juventude acabou, evitando os entusiasmos ingênuos, as ambições e as irresponsabilidades dos jovens (DEBERT, 2012, p. 187).

As diferenças entre a postura nas Associações e os Programas também estão estreitamente relacionadas à questão de gênero, tendo em vista que no primeiro tem-se majoritariamente associados homens, enquanto no segundo a maioria dos participantes são do gênero feminino. Assim, muda-se também a compreensão dessa fase:

No mundo contemporâneo, a conquista da liberdade feminina é, para elas, um fato irreversível e redefine o que é envelhecer. Pela primeira vez é aberto um espaço para as mulheres de mais idade criarem novas regras e estilos de vida. É esse espaço que elas se apressam a ocupar (DEBERT, 2012, p. 185).

Assim, podemos entender que a consciência histórica dos associados é, de um lado, a experiência de vida pautada no trabalho, que teve seu sentido majoritariamente restrito a essa atividade, e, de outro lado, a expectativa de continuar contribuindo para a sociedade. A dos participantes dos Programas, de outro modo, muitas vezes se pauta em uma experiência sentida como de um aprisionamento, que cultiva como expectativa a libertação de muitas cargas, regras e obrigações que se teve ao longo da vida.

Por fim, ao estudar uma comunidade de idosos asilados, Debert (2012, p. 121) menciona que os residentes “tendiam a fazer uma separação entre a sua experiência e a

de um velho propriamente dito, com a qual nunca se identificavam. (...) A ideia de que o velho é sempre o outro”. E na intenção de afastar-se do risco de tornar-se senil, o idoso parece estabelecer três categorias para se relacionar com outros de idade semelhante: aqueles que são mesmo velhos; aqueles que caminham para a senilidade, apresentando algum distúrbio físico ou mental; e por último, aqueles que embora em idade avançada, estão lúcidos. É com estes que procura relacionar para apresentar-se como possuindo um envelhecimento bem-sucedido.

Não é fácil lidar com o envelhecimento e cabe aqui distinguir senilidade (fenômeno patológico) e senescência (ciclo normal da vida) para enfatizar que limitações decorrentes não são exclusivas do velho. E por carecer de valorização, uma parcela dos velhos parece negar o envelhecimento. Eles cresceram ao longo do século XX em que se consolidaram tais representações negativas da velhice, que aparecem em seus discursos e que estes insistem em rejeitar.

No asilo, as representações negativas do envelhecimento são mais marcantes do que nos Programas de Terceira Idade ou nas Associações de aposentados. O asilo é diretamente associado ao envelhecimento e segregação, por isso carrega significados tão fortes e negativos. Tudo o que o asilo representa (abandono, morte, decrepitude, senilidade...) é rejeitado numa tentativa de manter a dignidade e autoestima.

A entrada no asilo é antes representada pelos residentes como uma alternativa capaz de possibilitar sua independência e o resgate de uma multiplicidade de papéis sociais, de uma vida social intensa que estaria ameaçada ou em franco declínio fora do asilo. É a impossibilidade desse resgate que torna a experiência na instituição decepcionante e dá a ela uma dinâmica própria (DEBERT, 2012, p. 107).

Os idosos asilados recusam as intenções de se criar uma identidade positiva da velhice, relacionada à memória, sabedoria e experiência vivida. Em oposição, não gostam de serem considerados idosos, e logo dizem “não sou velho (a), minha cabeça é jovem”. O que se valoriza é não parecer velho. Não mostrar sinais de senilidade, descontrole emocional e invalidez. Eles procuram demonstrar que ainda possuem futuro e não são só passado, algo “(ultra)passado” – mas se sentem confusos quanto ao que esperar desse futuro. Assim, a própria construção do presente é afetada, visto que a expectativa de futuro carrega fortes sentidos negativos. Muitos idosos (principalmente homens) se sentem desmotivados no asilo, não participando das atividades oferecidas. A sensação de muitos asilados é a de que não há necessidade de aprender coisas novas. A vida é vinculada ao trabalho institucionalizado e quando este se finda, alguns idosos sentem que não resta nada a se fazer.

Algumas falas citadas por Debert (2012, p. 117; 122) que nos ajudam a entender a temporalidade específica dos asilados, demonstrando uma expectativa de futuro mais restrita e fechada a novas possibilidades são: “aqui é o fim da linha”, “só desejo morrer sem ficar assim” e “envelhecer é esclerosar”.

Assim, é no asilo, a partir da tentativa constante de atualizar a identidade, que vemos uma das maiores dificuldades do processo de envelhecimento. A identidade tem que ser atualizada constantemente em uma tentativa de manter a autoestima em um período de constante declínio. “Qualquer atividade no asilo, desde sentar-se à mesa no refeitório, trabalhar na oficina, ir a um cerimonial religioso, é oportunidade para a demonstração de como se é” (DEBERT, 2012, p. 132). E “aquilo que se é” se baseia enormemente naquilo que se foi: “Eu não gosto desse tipo de música, fui pianista, adoro música clássica e não esses ruídos...” (DEBERT, 2012, p. 133).

Assim, a consciência histórica de muitos velhos asilados é baseada mormente na experiência do que se foi, do que se realizou na vida. Tal experiência os ajuda a se guiar no cotidiano da instituição, e procuram manter a dignidade em oposição a uma vivência de senilidade, mas tendo como expectativa de futuro principalmente o declínio e a morte.

Os Programas, por outro lado, ao buscar dar um lugar no mundo ao idoso, criam uma expectativa mais positiva se comparada aos asilos. Estes que, associados a um lugar de morte e segregação, parecem aos idosos como um lugar de encerramento, o “fim da linha”, tornando, assim, mais difícil a criação de expectativas e a manutenção da identidade, refletindo, portanto, na motivação cotidiana com que os asilados se empenham nas atividades propostas nessas instituições.

Por isso, muitos idosos se recusam a ser reduzidos a “apenas passado, apenas memória”. Alguns não querem falar sobre seu passado ou o reduzem a descrever do que trabalharam ou a família que construíram. Especialmente aqueles em que o passado foi um passado de dores, limitações ou faltas, que refletem na falta de interesse de muitos idosos em relembrar o passado ou se colocar no lugar de narradores.

Se entendermos a hipótese de Hartog (2015) como aplicável a esse contexto, podemos perceber indícios do que seria uma vivência *presentista* que fabrica seu passado e futuro de acordo com a vontade. Nos Programas de Terceira Idade, muitas idosas querem superar o passado. Nas Associações de Aposentados, a preocupação é manter uma experiência que foi ativa e agir em prol de futuras conquistas sociais. Os asilados são voltados principalmente ao passado, no qual baseiam sua identidade, e a “fabricação” de um futuro é comprometida.

No entanto, percebemos algumas limitações práticas do que seria esse regime de historicidade, quando os idosos esbarram em limitações físicas e sociais que delineiam seu lugar no mundo. É impossível escapar das representações sociais do envelhecimento que eles próprios têm, bem como a sociedade (que reproduz ainda muitas estruturas na forma de enxergar e lidar com os idosos) e destarte o “futuro” deixa de ser construído de forma tão livre. Ainda que os sujeitos históricos – crianças, jovens, adultos e velhos – (re)criem e (re)signifiquem a temporalidade, é impossível abolir a diferença entre espaço da experiência e horizonte de expectativa e escapar do ciclo inexorável da vida.

Considerações finais

A vida privada, a falta de expectativas, a desvalorização do que se passou, a dificuldade de atualizar a identidade e a autoestima, a mudança do mundo, lidar com a finitude, as falências e perdas, entre outros aspectos, tornam o processo de envelhecer um período extremamente delicado.

O deslocamento do velho está inevitavelmente ligado à forma de organização social do mundo contemporâneo – que é múltiplo, e, ao mesmo tempo, voltado à produtividade – em que o sentido que se dá ao envelhecimento tem mais relação com o sentido que se dá à vida em si do que ao processo de envelhecer propriamente (BOSI, 2004). Este, de modo geral, é relegado a um espaço seguro de não pensamento – a não reflexão sobre a longevidade, a vida, e, sobretudo, a morte. A desvalorização do passado é a desvalorização de uma estrutura que faz parte da própria vida e manifestação do ser.

Talvez uma forma eficiente de acolhimento ao idoso seja ajudá-lo a atualizar sua identidade em um período de vida não mais vinculado ao trabalho formal, dando-lhes subsídios para a criação de expectativas mesmo no processo de envelhecimento. Como muito bem sintetizado pela psicanalista Maria Homem (2019, s/p.), “O horizonte do envelhecer é o morrer [...] e o *horizonte* do envelhecer, não é o envelhecer propriamente dito”.

A discussão sobre a Reforma da previdência no Brasil atualmente traz, além de várias outras questões, uma reflexão que costumamos evitar: quanto vale a vida do idoso? Quanto se deve investir em seu bem-estar? Quanto do valor da vida está vinculado à capacidade de produção? Tal discussão, longe de ser um assunto setorizado, nos coloca de frente com a própria forma com que lidamos com a vida, com a morte e com o tempo na contemporaneidade.

TIME DOES NOT STOP: PRESENTISM AND DIFFERENT TEMPORALITIES IN THE AGING PROCESS

Abstract: All human beings are caught by time, that is, from childhood to elder age, people build different perceptions and experiences that guide their way. The contemporary society seems to avoid the time and its consequences that show the human finitude. This text looks for thinking about the different ways of time experience by elders through the concepts of historicity and temporality. Moreover, this debate does not take off historicization of manners that old age was being built and thought, especially, in Brazilian society. The making of perceptions and of aging is remarkable from vocabulary to practices, there are many ways which subjects give meaning to this process that is inherent to all people and, simultaneously, are affected by a specific historicity regime.

Keywords: Contemporary society. Time and temporalities. Aging.

EL TIEMPO NO SE DETIENE: PRESENTISMO Y DIFERENTES TEMPORALIDADES EN EL PROCESO DE ENVEJECIMIENTO

Resumen: Todos los seres humanos se ven afectados por el tiempo, es decir, desde la infancia hasta la vejez, los sujetos construyen diferentes percepciones y experiencias que guían su trayectoria. La sociedad contemporánea parece evitar el tiempo y sus consecuencias que indican la finitud humana. Este texto busca reflexionar sobre las diferentes formas de experiencia temporal de los ancianos mediante los conceptos de historicidad y temporalidad. Cabe agregar que tal discusión no se separa de una historización de las formas en que se construía y percibía la vejez, especialmente en la sociedad brasileña. En la construcción de los conceptos y experiencias del envejecimiento, es notable que, desde el vocabulario hasta las prácticas, hay innumerables formas en que los sujetos (re)significan este proceso que es inherente a todos y, simultáneamente, se ven afectados por un régimen de historicidad específico.

Palabras Clave: Sociedad contemporánea. Tiempo y temporalidades. Envejecimiento.

Referências

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *Confissões*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010. (Col. Livros que mudaram o mundo. V.12)

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARROS, Rodrigo H. & GOMES JÚNIOR, Edmundo P. Por uma história do velho ou do envelhecimento no Brasil. *CES Revista*, v.27, n.1. 2003. Disponível em https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/310/pdf_23. Acesso em 24/01/2019 às 18h.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 11.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

DEBERT, Guita Grin. Velhice e o curso da vida pós-moderno. *Revista USP*, n.42. São Paulo: jul./ago./1999. pp.70-83.

_____. *A reinvenção da velhice*. Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2012.

_____. Velho, terceira idade, idoso ou aposentado? Sobre diversos entendimentos acerca da velhice. *Revista Coletiva*, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, n. 148, p. 9-34, 2003.

HECKER, Alexandre. *Uma história da longevidade no Brasil*. São Paulo: Conexão Nacional, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MARQUES, Ana Maria. Velho/Idoso: construindo o sujeito da terceira idade. *Esboços*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC, v.11, n.11. 2004. pp.83-92.

MATA, Sérgio da. *História & Religião*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. *História: questões & debates*, v. 53, n. 2, 2010.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. Transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. In: VARELLA, Flávia Florentino (Org.)... [et al]. *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: UGV, 2012.

PIMENTA, João Paulo. Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo. *Revista de História*, n. 172, São Paulo, jan.-jun. 2015.

REIS, José Carlos. *Teoria e História*. Tempo histórico, história do pensamento ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ROZENDO, Adriano & JUSTO, José Sterza. Velhice e Terceira idade. Tempo, espaço e subjetividade. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/8212/6112>. Acesso em 20/11/2019.

ROZENDO, Adriano & JUSTO, José Sterza. A velhice no Estatuto do Idoso. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v10n2/v10n2a12.pdf> Acesso em 20/11/2019.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SILVEIRA, Aline Dias. Temporalidade, Historicidade e Presença em uma Análise do Prólogo do Picatrix (séc. XIII). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 9, n. 22, 2016.

Vídeos

HOMEM, Maria Lúcia. Velhos. *A morte*. [s.i.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cgdsPaWuExM&t=111s>. Acesso em: 11 ago. 2019.

PONDÉ, Luiz Felipe. *Por que os mais velhos estão cada vez mais imaturos?* [s.i.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d7svZI3rZh4&t=196s>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SOBRE AS AUTORAS

Sandra Mara Dantas é doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP); docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Valeska Oliveira Ferreira é graduada em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); professora da Educação Básica da Secretaria de Educação de Minas Gerais.

Recebido em 13/01/2020

Aceito em 06/07/2020